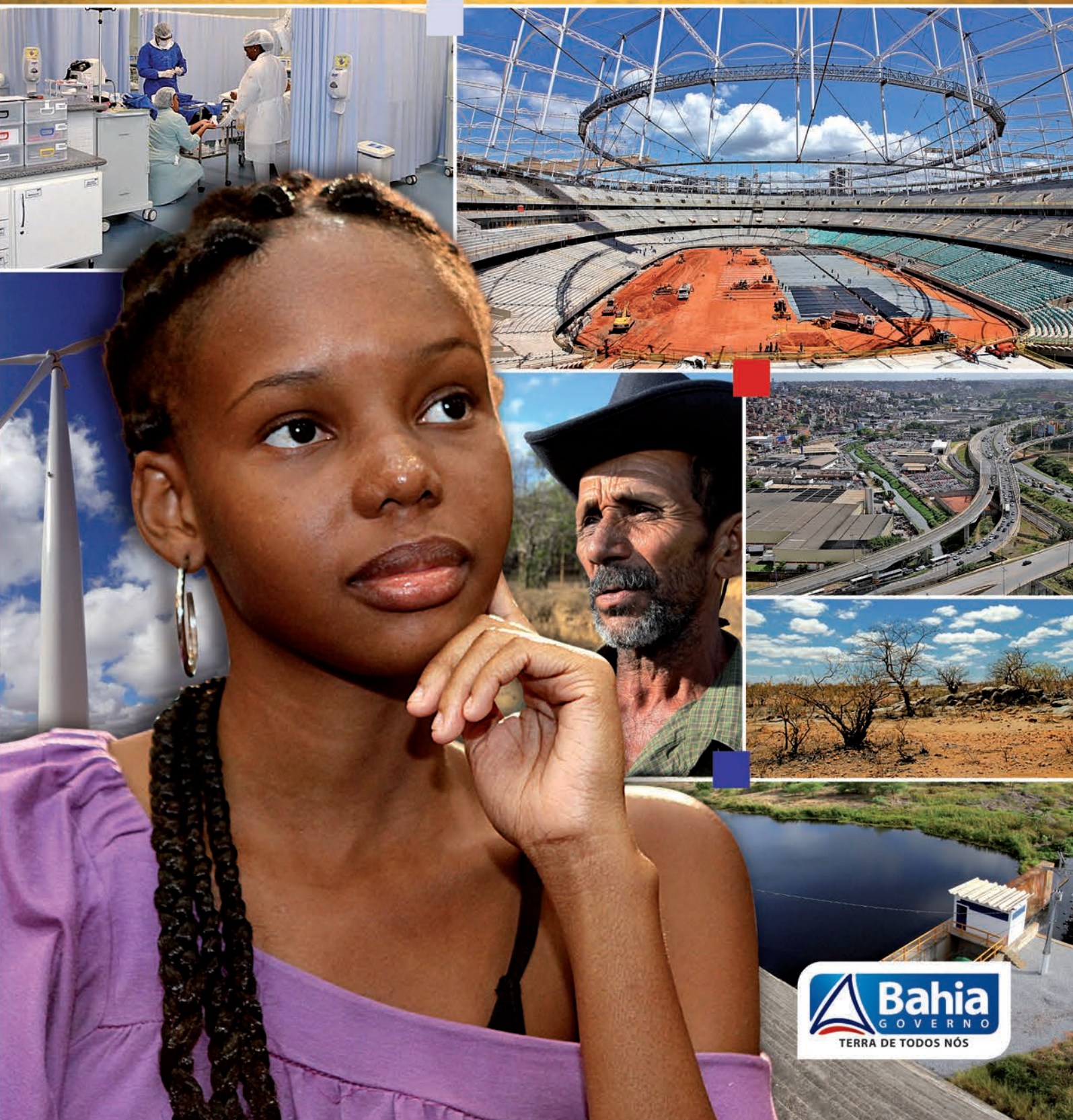


Mensagem Apresentada pelo Excelentíssimo
Senhor Governador, Jaques Wagner,
à Assembleia Legislativa do Estado, na abertura
da 3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura,
em 15 de fevereiro de 2013



.....

MENSAGEM APRESENTADA PELO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR GOVERNADOR, JAQUES WAGNER,
À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO,
NA ABERTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 17ª LEGISLATURA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2013

.....

Bahia. Governador (2013 - : Jaques Wagner)
Mensagem do Governador do Estado à Assembleia
Legislativa: apresentada na abertura da 3ª Sessão
Legislativa da 17ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 2013.
Salvador, 2013.

24 p.

1. Administração Pública – Bahia. I. Título.

CDU 35(813.8)



GOVERNO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

Governador do Estado da Bahia

OTTO ROBERTO MENDONÇA DE ALENCAR

Vice-Governador

RUI COSTA DOS SANTOS

Secretário da Casa Civil

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Secretário do Planejamento

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Secretário da Administração

EDUARDO SEIXAS DE SALLES

**Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação,
Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura**

PAULO FRANCISCO DE CARVALHO CÂMERA

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM

Secretário de Cultura

WILSON ALVES DE BRITO FILHO

Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional

MARIA MORAES DE CARVALHO MOTA

Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza em exercício

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO

Secretário de Desenvolvimento Urbano

OSVALDO BARRETO FILHO

Secretário da Educação

LUIZ ALBERTO BASTOS PETITINGA

Secretário da Fazenda

JAMES SILVA SANTOS CORREIA

Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

OTTO ROBERTO MENDONÇA DE ALENCAR

Secretário de Infraestrutura

ALMIRO SENA SOARES FILHO
Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

EUGÊNIO SPENGLER
Secretário de Meio Ambiente

ELIAS DE OLIVEIRA SAMPAIO
Secretário de Promoção da Igualdade

PAULO CÉSAR LISBOA CERQUEIRA
Secretário de Relações Institucionais

JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA
Secretário da Saúde

MAURÍCIO TELES BARBOSA
Secretário da Segurança Pública

NILTON VASCONCELOS JUNIOR
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

DOMINGOS LEONELLI NETO
Secretário de Turismo

ROBINSON SANTOS ALMEIDA
Secretário de Comunicação Social

VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA
Secretária de Políticas para as Mulheres

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO
Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

NEY JORGE CAMPELLO
Secretário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014

EDMON LOPES LUCAS
Chefe do Gabinete do Governador

RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

CARLOS AUGUSTO BARBOSA COSTA
Secretário Extraordinário para Assuntos da Indústria Naval e Portuária

FERNANDO ROTH SCHMIDT
Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia

Cel. PM RIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS
Chefe da Casa Militar do Governador



Sumário

APRESENTAÇÃO	7
ENFRENTAMENTO AO FLAGELO DA SECA	10
INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA.....	13
MEGAEVENTOS INTERNACIONAIS E SEU LEGADO	16
TODOS PELA INCLUSÃO SOCIAL.....	17
MELHORANDO A EFICIÊNCIA DO ESTADO	23
CREDENCIANDO-SE PARA O FUTURO DESEJADO	24



Apresentação

Pela sétima vez, tenho o prazer e a honra de comparecer a esta Casa para prestar contas do exercício anterior e falar sobre as projeções para o ano que se inicia, submetendo o Relatório de Governo à análise dos ilustres representantes do povo baiano. Mais que um ato protocolar, nele reitero o louvor à democracia e aos valores, tradições e perspectivas que tão positivamente diferenciam a nossa terra. Compartilho, nesse particular, o entendimento de que a cooperação mútua entre os Poderes constituídos é indispensável à continuidade do desenvolvimento do estado.

Conquanto o ano de 2012 tenha sido marcado pelo enfrentamento a uma severa crise econômica global, com reflexos na nossa economia, é alentadora a evidência de que o PIB baiano apresentou melhor resultado do que a média nacional, e nosso mercado de trabalho gerou mais de 500 mil empregos formais em seis anos. Com foco de atuação nos três eixos estruturantes estabelecidos no Plano Plurianual 2012-2015, quais sejam, Inclusão Social e Afirmação de Direitos, Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento e Gestão Democrática do Estado, estamos dando continuidade a nossas ações de políticas públicas, que estão aqui resumidas e podem ser analisadas em detalhe no Relatório de Governo que acompanha esta mensagem.

É fato que o nosso país está, hoje, mais eficaz, organizado e preparado. Pagamos a dívida externa, mantivemos a disciplina fiscal e monetária e acumulamos cerca de US\$ 380 bilhões em reservas, o que nos coloca em uma situação de menor vulnerabilidade. Da mesma forma, a retomada do planejamento e a reorientação do crescimento para o mercado interno – com a maior formalização do mercado de trabalho, aumento real do salário e redução das desigualdades – revigoram a nossa disposição para o enfrentamento às turbulências.

Assim é que o amadurecimento dos empresários, dos trabalhadores e do Governo possibilitou a adoção de medidas responsáveis e consistentes para nos distanciarmos das consequências danosas decorrentes da crise que acomete as economias internacionais.

As ações de estímulo econômico adotadas pelo Governo Federal, necessárias para o bem-estar social e preservação do nível de emprego e renda, somada à queda no dinamismo econômico, naturalmente afetaram as receitas, sobretudo, dos estados e municípios. Na Bahia, ocorreu uma redução de receita e fomos obrigados, diante de tal cenário, a fazer os ajustes necessários para cumprir as nossas obrigações, dentro dos limites fiscais estabelecidos em Lei, ao mesmo tempo em que dávamos continuidade ao nosso projeto de qualificar e ampliar a oferta dos bens e serviços públicos.

Em consequência da situação econômica e da queda de receita, tivemos restrições na ação do governo, especialmente no atendimento a reivindicações de categorias dos servidores públicos, embora seja basilar o nosso propósito de valorizá-los, pois sabemos da sua importância para que as ações de políticas públicas cheguem aos nossos 417 municípios e atendam as demandas e aspirações do povo baiano.

Com o apoio desta Casa Legislativa, importantes projetos de lei foram aprovados, garantindo melhorias salariais, reestruturação de carreiras, estabelecimento de critérios de promoção e progressão, redimensionamento de quadros e correção de distorções no pagamento de gratificações a categorias de servidores públicos estaduais.

Também enfrentamos, em 2012, a pior estiagem das últimas cinco décadas. A seca exigiu e continua a exigir um grande esforço do nosso Governo, que se mobilizou para minorar e reverter os gravames que têm impactado negativamente na nossa economia, prejudicando em especial a população do semiárido, que está a perder, nesta quadra calamitosa, suas plantações e seus animais. Mas, consoante a decantada e tenaz fibra sertaneja, não foi perdida a esperança.

O Governo da Bahia, em parceria como o Governo Federal e prefeituras municipais, reagiu rápido ao fenômeno da seca, com um conjunto de ações emergenciais e grandes investimentos na área de infraestrutura hídrica, de modo a minimizar seus efeitos e garantir acesso à água de qualidade e condições de produção para a agropecuária.

O Programa Água para Todos, a construção das adutoras de São Francisco, Pedras Altas e do Algodão e o Programa Águas do Sertão são exemplos do nosso compromisso com o povo que sofre com o período da estiagem.

Trabalhando em parceria e de forma integrada, estamos fortalecendo a estratégia de convivência com o semiárido, em defesa da qual tanto insistiram os grandes pensadores do Nordeste como Rômulo Almeida, Celso Furtado e Paulo Freire. Planejadores e educadores de escola, eles nos inspiraram na luta para que a região se integrasse ao desenvolvimento nacional, distanciando-se do atraso político e econômico a que sempre esteve submetida.

Os contratempos da conjuntura econômica e as adversidades climáticas, longe de nos desalentar, revigoram nossa inabalável disposição de honrar os compromissos básicos deste governo. Com transparência, responsabilidade e o apoio desta Assembleia Legislativa conseguimos avançar no nosso projeto de construção de uma nova Bahia, mais dinâmica, mais justa e com oportunidades para todos.

Ressalto que, embora o cenário externo ainda exija cautela e, portanto, firmeza na execução orçamentária, sobretudo no custeio, a expectativa é que o ano de 2013 seja melhor, pois os efeitos das iniciativas do Governo Federal, direcionadas ao estímulo dos investimentos, deverão ser mais concretamente sentidos. Trata-se, também, de um ano de consolidação das nossas ações de governo e de entrega de grandes obras que estão em andamento como a Via Expressa Baía de Todos os Santos, a Arena Fonte Nova e as grandes adutoras no semiárido. É o ano da Copa das Confederações e de intensificação das intervenções visando à Copa de 2014.



As perspectivas, portanto, são as melhores possíveis. Temos diante de nós condições inéditas para acelerar o desenvolvimento da Bahia, com a economia crescendo enquanto distribui renda e gera oportunidades para a nossa gente. Reafirmo a este ilustre colegiado a minha convicção de que os resultados colhidos até aqui devem ser compartilhados por todos nós.

Da mesma forma, a realização dos projetos contemplados no Orçamento de 2013, que dobrou os recursos destinados aos investimentos, a partir da ampliação da margem de operações de crédito junto a bancos nacionais e organismos internacionais, dependerá, em grande medida, da interação entre Executivo e Legislativo, cumprindo, de forma harmônica e independente, seus respectivos papéis institucionais.

O povo baiano tem dado seguidas demonstrações de reconhecimento e valorização à nova fase de relacionamento que permeia as três esferas de governo, inaugurada em 2007. Toda e qualquer divergência política se apequena diante dos nobilitantes desafios que comprometem cada cidadão ou cidadã escolhidos pelo voto para exercer função pública, seja no Executivo, seja no Legislativo. Com este espírito, temos procurado estreitar parcerias institucionais que se firmam, imprescindíveis na luta pela erradicação do analfabetismo, na recuperação da qualidade da educação básica, na luta pela erradicação da pobreza extrema, no combate à dengue e na promoção da atenção básica à saúde, entre as múltiplas frentes em andamento.

Para maximizar as oportunidades que se nos apresentam, será fundamental a interação produtiva entre Executivo e Legislativo, com situação e oposição, cumprindo com desprendimento e espírito público os respectivos papéis. Abraçando esse princípio que sobreleva a obrigação protocolar, trago aos legítimos representantes do povo um convite à unidade na defesa dos interesses maiores da Bahia.

JAKUES WAGNER
Governador

ENFRENTAMENTO AO FLAGELO DA SECA

A coincidência da crise global com a pior seca desde a metade do século passado expôs, de forma contundente, mazelas e disfunções anacrônicas como a pobreza e o atraso institucional, social e da infraestrutura. Entretanto, este Governo tem empreendido avanços e transformações que fundamentam o nosso compromisso de trabalhar diuturnamente pela reversão desse quadro que a todos entristece.

Registro o agradecimento do Governo do Estado aos prefeitos e prefeitas e às Câmaras Municipais dos municípios assolados pela seca, que responderam ao apelo para a integração de esforços em favor de quem mais tem sofrido o flagelo. Imprescindível, também, agradecer a sensibilidade da presidenta Dilma Rousseff, que mobilizou os recursos necessários para minimizar os efeitos da estiagem. Contudo, precisamos trabalhar ainda mais para dotar a Bahia de condições diferenciadas para o enfrentamento aos períodos de seca que venham a se apresentar no futuro.

Além das imprescindíveis obras de infraestrutura hídrica, que têm sido uma das principais marcas do nosso governo e absorverão parte expressiva do investimento recorde previsto para 2013, precisamos ampliar nossas estratégias de convivência com as características naturais do semiárido baiano, que corresponde a dois terços do nosso território.

A estiagem atingiu diretamente cerca de três milhões de baianos e 71% dos produtores rurais. Segundo estimativas da Secretaria de Agricultura do Estado, perdeu-se 25% do que foi plantado, ocasionando a queda de 1,3% do PIB agrícola estadual no período de janeiro a setembro de 2012.

Em março de 2012, instituímos o Comitê Estadual para Ações Emergenciais de Combate aos Efeitos da Seca. Dentre outras atribuições, o Comitê acompanhou e fiscalizou a assistência oferecida às populações atingidas pela estiagem. Articulou-se com órgãos municipais e federais e indicou obras e serviços para reduzir os danos causados às populações direta e indiretamente atingidas. Sob o ponto de vista estrutural, a ação estadual esteve focada em três frentes: o estímulo a atividades econômicas mais resistentes à seca, a construção de sistemas de água em grande escala e a criação de alternativas econômicas locais.

Entre as obras de infraestrutura hídrica, destaco o Programa Águas do Sertão, cuja primeira etapa foi concluída, com investimentos da ordem de R\$ 80 milhões, beneficiando 83 mil pessoas. O sistema dutor do São Francisco, no Território de Identidade de Irecê, foi viabilizado com a destinação de R\$ 178 milhões, divididos em três etapas. Concluída a primeira, com a adutora de Pedras Altas, o suprimento de água está garantido para 173 mil habitantes de 20 municípios da região. Destaco ainda as adutoras do Algodão, nas quais foram investidos R\$ 135 milhões para atender 226 mil pessoas, e a de Ponto Novo, beneficiando cinco municípios, com investimento total de R\$ 55 milhões.

O Governo do Estado adotou medidas emergenciais onde se fez necessário. Foram construídos 331 sistemas simplificados de abastecimento de água, beneficiando 57 mil habitantes, perfurados 492 poços e construídas cerca de 40 mil cisternas. Ao lado dessas obras, ressalto ainda medidas como a concessão de bolsa estiagem para 141 mil agricultores não beneficiários do seguro Garantia Safra, a distribuição de ali-



mentos, o apoio a criadores através da venda de 8,2 mil toneladas de milho a preços subsidiados e a construção de 200 sistemas para dessedentação animal. Essas medidas, associadas às políticas públicas federais de inclusão social, a exemplo do Programa Bolsa Família, dos benefícios de aposentadoria e a política de aumento do salário mínimo mitigaram os efeitos da estiagem.

Na primeira etapa do Programa Água para Todos, entre 2007 e 2010, beneficiamos 2,4 milhões de pessoas com água e 882 mil com esgotamento sanitário. Para a segunda etapa, iniciada em 2011, estabelecemos metas mais robustas, com investimento previsto de R\$ 4,1 bilhões. Somente em 2012, foram investidos mais de R\$ 620 milhões em obras que já estão concluídas, atendendo a 325 municípios, beneficiando 700 mil habitantes com água e 300 mil com esgotamento sanitário. O importante é que estes investimentos ajudaram uma expressiva proporção de baianos a enfrentar a seca. Conseguimos ultrapassar a marca de 3 milhões de domicílios conectados à rede de distribuição de água. Pela expressão desses números, podemos inferir a magnitude que os efeitos da estiagem teriam alcançado, caso esses empreendimentos não fossem concretizados.

O problema da seca não se resolve de um dia para o outro e não depende somente da vontade política. Decorre dessa evidência o imperativo de estarmos unidos em torno desta questão, buscando respostas rápidas para minorar os efeitos perversos da situação da falta de chuva. A convivência com a seca exige, além do acesso à água, a melhoria efetiva da qualidade de vida do povo do sertão, e para isto precisamos aprofundar nossas medidas inclusivas. Neste sentido, estamos promovendo a reconstrução das cadeias e dos arranjos produtivos abalados por esse fenômeno climático, o que requer a garantia de novos financiamentos e oferta dos insumos, como matrizes e sementes para estimular a produção. Da mesma forma, é preciso desenvolver tecnologias apropriadas para cada realidade produtiva, estimular as organizações sociais como os consórcios, associações e cooperativas, e incentivar o desenvolvimento sustentável, o que inclui aproveitar o potencial hidrológico do semiárido – porque ele existe –, seja através da exploração racional dos aquíferos, como no caso do Projeto Águas do Sertão, seja por meio da perenização de rios ou da construção de novos açudes e barragens.

O Governo do Estado manteve e mantém articulação permanente com o Governo Federal em atenção a essa momentosa questão, e tem acompanhado com diligência o cenário climatológico, o quadro social das áreas atingidas e os impactos na agropecuária, além de monitorar minuciosamente as principais ações em execução. Trata-se de um esforço conjunto de enfrentamento a esta questão que se impõe prioritária por afetar drasticamente as condições de sobrevivência de tão amplo contingente da população baiana.

A prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural é fundamental para superarmos as dificuldades de natureza cultural na convivência com o clima. Em 2012, essas atividades permitiram a implantação de projetos produtivos e sociais, viabilizaram o acesso dos agricultores aos benefícios de políticas públicas e programas governamentais, contribuíram decisivamente para a inclusão socioproductiva. A meta de assistir a 50 mil agricultores familiares, estabelecida para todo o exercício 2012, foi ultrapassada em 93%. Estimulamos a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica. Para além da difusão pura e simples de técnicas de cultivo e manejo, foram disseminadas metodologias participativas com enfoque multidisciplinar e intercultural. Contrapomos, dessa forma, ao superado ideário anterior de combate à seca, o modelo da construção da cidadania e democratização da gestão

das políticas públicas. Convictos do acerto desse caminho, estamos transformando em sujeitos ativos aqueles que, em situações de calamidade, eram objeto do assistencialismo puro e vertical, sempre insuficiente e tão sazonal quanto a própria seca.

Com características de seguro agrícola, o Programa Garantia Safra assegura condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares dos municípios sujeitos à perda de safra por estiagem. A adesão das Prefeituras e dos agricultores cresceu substancialmente, passando de 6.067 agricultores aderidos na safra 2006/2007 para cerca de 150 mil agricultores familiares de 209 municípios, em 2012.

As condições climáticas do semiárido impõem a necessidade de manter uma reserva estratégica de alimentos para os animais nos períodos de estiagem. Para isso desenvolvemos, desde setembro de 2011, o Programa de Segurança Alimentar do Rebanho da Agricultura Familiar, financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza. Com este fim, estamos implantando as Unidades Técnicas Didáticas de palma forrageira adensada. Ao todo, serão instaladas 467 Unidades, das quais 167 já estão sendo implantadas, em parceria com agricultores ou nas Estações Experimentais do Estado, para a produção de mudas que serão distribuídas aos agricultores familiares.

Avançamos bem além dessas ações de convivência com o clima: apoiamos vigorosamente a ovinocaprinocultura, por suas características de produção que possibilitam o desenvolvimento da agricultura familiar. Em interação com as organizações dos produtores, formamos 112 comissões municipais para o acompanhamento das atividades dessa cadeia produtiva.

Tais iniciativas ganham densidade ante a relevância social e econômica da agricultura familiar, que corresponde a 87% dos estabelecimentos e a 7% do PIB do estado, segundo o IBGE. Ela ocupa 19 pessoas para cada 100 hectares e produz 83% do feijão que consumimos, 91% da farinha, 41% do arroz, 52% do leite, 44% do milho, 60% das aves e 76% da carne suína. Por sua importância precípua e efeitos multiplicadores ante as intervenções do Estado, esse segmento tem sido merecedor do apoio emergencial em função da estiagem, figurando como indiscutível prioridade nas ações de governo, com ganhos econômicos e sociais para toda a Bahia.

Para além das dificuldades deste ano atípico, com foco nos três eixos estruturantes de atuação estabelecidos no PPA 2012-2015, já aqui designados, conseguimos avançar no nosso projeto de construção de uma nova Bahia, mais dinâmica, mais justa e com oportunidades para todos.

INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Impõe-se mencionar a magnitude das ações direcionadas ao estratégico propósito de promover a integração territorial, o que se materializa com a intensificação das ações para consolidar e modernizar a infraestrutura logística do estado. O Governo empreende projetos estruturantes direcionados à articulação regional e econômica da Bahia, além de expressivo conjunto, em todo o território, de ações pontuais e disseminadas.



Ao longo de 2012, ampliamos a recuperação da malha rodoviária. Entre serviços de restauro, recuperação e manutenção, foram investidos, em números redondos, R\$ 340 milhões para proporcionar condições adequadas de trafegabilidade em 2.890 km de estradas. Outros R\$ 22 milhões foram investidos na pavimentação de 133 quilômetros de acessos a sedes municipais e mais R\$ 9 milhões na construção de pontes.

Em articulação com o esforço federal para estimular a aviação regional, imprescindível num estado com as dimensões da Bahia, têm sido realizados investimentos que ultrapassam R\$ 700 milhões em ampliação e modernização. Serão beneficiados 20 aeroportos regionais, entre eles os de Salvador e Barreiras, além de um novo equipamento a ser construído em Vitória da Conquista. Somente no aeroporto de Salvador serão cerca de R\$ 100 milhões em obras, dos quais R\$ 87 milhões no terminal de passageiros e o restante na construção da nova torre de controle, iniciada em 2012.

Depois de pelo menos duas décadas sem investimentos na ampliação e modernização de nossos portos, o reflexo foi o sucateamento e a perda de competitividade diante de portos de outros estados. A Bahia vem pagando caro por esse erro estratégico, que compromete a competitividade da indústria em função dos custos com a ineficiência operacional do sistema existente.

Nossos esforços em relação à infraestrutura portuária se dividem em duas frentes. A primeira delas consiste na busca de parcerias com a iniciativa privada e junto ao governo federal para modernizar os portos de Salvador, Aratu e Malhado, em Ilhéus. Já logramos avanços importantes na capital, com os serviços de dragagem para permitir atracação de supercargueiros, a ampliação do terminal de *containers* e a instalação de modernos guindastes para agilizar as operações de embarque e desembarque. A modernização do Porto de Aratu ficou mais próxima com o anúncio de uma nova modelagem que permitirá a atração de investidores privados e o aporte de recursos estimados em R\$ 4 bilhões nos próximos anos, nos portos baianos.

A segunda frente é o resgate do ambicioso projeto de integração comercial sul-americana, através de uma ferrovia cruzando o continente em sentido transversal, conectada a portos modernos, para estabelecer uma rota entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Hoje, este projeto começa a se concretizar com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Já em obras, a Ferrovia avança no assentamento dos primeiros quilômetros de trilhos rumo a Caetité, trecho que equivale à metade do traçado sobre o território baiano e onde está o projeto Pedra de Ferro, principal demandante pelos serviços de transporte de cargas. Os demais lotes, até a divisa com o vizinho estado de Tocantins, onde entroncará com a Ferrovia Norte-Sul, aguardam as licenças ambientais. A Oeste-Leste impactará sobre o movimento de cargas pelas estradas, reduzindo significativamente os custos de manutenção das rodovias e a emissão de CO². De acordo com projeções, a Ferrovia evitará 300 mil viagens de caminhões por ano até 2025, com redução do consumo de combustíveis fósseis em 75%.

A Ferrovia Oeste-Leste otimizará as condições para dinamizar o agronegócio no Oeste da Bahia. O custo do transporte de cargas por trem é 30% menor, além de mais seguro e mais rápido. Quando ela entrar em operação, a nossa produção de grãos, hoje competitiva internacionalmente, ganhará ainda mais espaço no comércio global de *commodities* agrícolas, com a redução dos custos de logística.

Articulado à Fiol, o Porto Sul obteve a licença prévia do Ibama. Comportará uma área destinada à instalação de terminais de serviços de movimentação de cargas, designada Zona de Apoio Logístico. Possuirá, ainda, um terminal de uso privativo, para a movimentação de minério de ferro, de propriedade da Bahia Mineração.

Atentos ao estímulo à participação social nas decisões políticas, realizamos o segundo cronograma de audiências públicas sobre o empreendimento nas cidades diretamente impactadas, entre os meses de maio e junho do ano passado, contando com a participação de 3.800 pessoas entre políticos da região, lideranças comunitárias e empresariais e ambientalistas.

Não menos importante para a integração regional é a recuperação do sistema Ferry Boat, cuja deterioração exigiu a intervenção estadual e o rompimento contratual com a empresa concessionária. Os problemas iniciais estão sendo superados, com a entrega dos barcos colocados em reparo tão logo assumimos a administração do sistema. E alcançaremos, em breve, um padrão de serviços apto a dar mais conforto e segurança aos usuários, após a incorporação de três novas embarcações. A licitação internacional já foi iniciada e a previsão de investimentos alcança R\$ 83 milhões. A recuperação do sistema complementa e valoriza as melhorias que realizamos nas estradas que fazem a ligação da ilha de Itaparica com o continente nos eixos sul e oeste. O equacionamento definitivo do sistema já está em andamento, por meio do projeto do Sistema Viário Oeste, que tem na ponte Salvador-Itaparica a sua mais expressiva intervenção.

Salvador será beneficiada, ainda, por empreendimentos de envergadura como a conclusão da Via Expressa Baía de Todos os Santos, a maior obra do sistema viário dos últimos 30 anos. A capital do estado passa a contar com uma via importante para o transporte de cargas entre a BR-324 e o Porto de Salvador, além de outras intervenções que garantirão melhorias para o trânsito na Rótula do Abacaxi, Ladeira do Cabula, Largo Dois Leões e Baixa de Quintas.

Com função estruturante no desenvolvimento urbano de Salvador, a Via Expressa proporcionará mais segurança e fluência, retirando o tráfego pesado da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) e trazendo maior fluidez de trânsito para toda a cidade. Serão 4,3 km de vias com dez faixas de tráfego, quatro das quais exclusivas para veículos de carga, contando, ainda, com três túneis e 14 viadutos. O Convênio firmado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e a Sedur supera os R\$ 414 milhões, dos quais 11% são contrapartida do Governo do Estado. Ao final do Exercício de 2012 o projeto já estava com 88% dos serviços executados, e a inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2013.

No segmento de energia, a diversificação da matriz energética da Bahia resulta, em grande medida, da atração de novos parceiros com grande capacidade de investimento e tecnologia. Temos, hoje, 57 projetos de energia eólica implantados ou em implantação, com investimentos que somam R\$ 10,7 bilhões. As obras empregaram cinco mil pessoas, e outros 500 postos de trabalho serão abertos para os serviços de operação e manutenção. Em 2012, foram licenciados 133 projetos para implantação de parques eólicos que nos permitirão chegar perto do potencial de geração de 14,5 mil MW, para torres de 70 metros.

A importância crescente desse segmento levou-nos à decisão de investir R\$ 3 milhões na elaboração do novo Atlas Eólico da Bahia. Trata-se de um estudo aprofundado, que se justifica pelo valor estratégico das informações sobre



os ventos do território baiano e pelo mapeamento de novas fronteiras de potencial eólico. As primeiras análises para torres de 120 metros são ainda mais animadoras e projetam um potencial de geração que pode alcançar os 100 mil MW.

Podemos nos orgulhar de ser o estado brasileiro com o maior número de kits fotovoltaicos instalados para geração de energia, e de termos o primeiro estádio da América Latina iluminado com energia solar, conquista alcançada em parceria com a Coelba. É alternativa energética limpa e com promissora possibilidade de crescimento no estado, pelas nossas características climáticas, à medida que o avanço tecnológico viabilize o aproveitamento comercial. A Bahia consolida, dessa maneira, sua posição de liderança na geração de energia a partir de fontes renováveis. É mais um fator de atração de investimento, seja pelo aspecto ambiental, seja pelo aumento expressivo da oferta interna de energia.

Ainda nesse segmento mantivemos, em 2012, a expansão do Programa Luz para Todos, em parceria com o Governo Federal. Foram executadas mais de 27 mil ligações, beneficiando 138 mil cidadãos e cidadãs baianos, com investimento de R\$ 313 milhões, em números redondos. Priorizamos o atendimento às comunidades produtivas, aldeias indígenas, assentamentos quilombolas. Dentro dessa prioridade, mereceram tratamento especial os serviços de eletrificação de instalações e equipamentos comunitários como escolas, barragens, poços artesianos, casas de farinha comunitárias, usinas de produção de leite e seus derivados. Em apoio às prefeituras, investimos R\$ 22,5 milhões na execução de 291 obras, que expandiram os sistemas de iluminação pública em 10.547 novos pontos, beneficiando 3,2 milhões habitantes nos 103 municípios contemplados. Outras 236 obras estão em andamento para instalação de quase 10 mil novos pontos de iluminação, com investimento de R\$ 21 milhões.

Concretiza-se, assim, em densos e múltiplos empreendimentos e ações, o desígnio que abraçamos ao assumir o governo, em 2007: desconcentrar o desenvolvimento do nosso estado. Para tanto, investimos na infraestrutura com determinação, de modo a potencializar as atividades econômicas das diversas regiões da Bahia, aproveitando os recursos naturais com um mínimo de impacto negativo sobre o meio ambiente, maximizando os impactos sociais positivos.

O limite tênue e sempre controverso entre desenvolvimento e preservação ambiental requer disposição permanente para um diálogo amplo e arejado. A gestão ambiental ganha, assim, contornos estratégicos para qualquer política de desenvolvimento e, na perspectiva dessa dimensão, precisa ser compartilhada com a sociedade e com todas as instâncias de governo. O Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada foi criado exatamente com esse objetivo, estruturando o Sistema Estadual de Meio Ambiente. Dos 417 municípios baianos, 232 pediram adesão ao Programa e 82 assumiram plenamente a gestão ambiental, no que se refere às atividades de fiscalização e licenciamento, bem como a estruturação dos respectivos sistemas municipais.

O conceito de gestão democrática, aplicado à área ambiental, confere à Bahia a segurança institucional necessária para a execução de grandes projetos de logística integrada de transportes, sem os quais não seria possível atrair o maior volume de investimentos privados da nossa história. Estamos fazendo o esforço possível para recuperar o enorme atraso na infraestrutura, decorrente da falta de investimentos sistemáticos durante décadas.

MEGAEVENTOS INTERNACIONAIS E SEU LEGADO

Às vésperas do maior evento internacional da nossa história, a Copa de 2014, priorizamos o conjunto de projetos de infraestrutura, requalificação de equipamentos públicos e qualificação profissional. Os investimentos em execução alcançam os R\$ 5 bilhões, projetando Salvador para participar do circuito de grandes eventos esportivos e culturais e potencializando o turismo como principal vocação econômica da nossa capital.

No final do Exercício de 2012, as obras de construção da Arena Fonte Nova tinham 90% dos serviços já executados. O rigor no cumprimento do cronograma foi decisivo para Salvador conquistar a condição de sede de outro evento de porte, a Copa das Confederações, e integrar o sorteio final dos grupos do Mundial.

Estádio multiuso construído através de Parceria Público Privada entre o Governo do Estado e a Fonte Nova Participações, a Arena foi projetada para abrigar grandes eventos, além de partidas de futebol. A manutenção do formato de ferradura, projetado pelo arquiteto baiano Diógenes Rebouças, além de preservar a marca original do seu traço que distinguia a Fonte Nova dos demais estádios, deixa espaço para as estruturas desmontáveis que permitirão usos múltiplos à arena.

Outro equipamento fundamental para a Copa 2014 é o Porto de Salvador. O novo equipamento terá terminal de passageiros com área para embarque e desembarque, espaço de convivência, centro de gastronomia e mais de 5 mil m² de estacionamento. O investimento, que supera R\$ 30 milhões, deixará Salvador em condições incomparavelmente superiores às atuais para receber o crescente fluxo de turistas vindos em transatlânticos.

O aeroporto de Salvador passa também por obras de modernização, para fazer frente à demanda cada vez maior de voos. São destaques, no terminal de passageiros, as obras de ampliação da área de *check in*, incorporando novas posições de atendimento; ampliação da área de desembarque e toda a estrutura de aduana, imigração e restituição de bagagens, além da modernização dos sistemas de segurança e ampliação do estacionamento. O pátio de aeronaves está sendo ampliado e uma nova torre de controle, com altura de 63 metros, vai conferir condições ideais de operação ante a intensificação do tráfego durante o evento e, a partir da Copa, nos períodos de alta estação.

A melhoria da qualidade dos serviços turísticos integra o aprimoramento das condições receptivas: criamos, em 2012, o Mapa de Oportunidades de Qualificação Profissional para a Copa, com oferta de cursos de capacitação. Serão mais de 50 mil vagas para cursos de idiomas, turismo e gastronomia em Salvador e mais 15 municípios, além dos treinamentos oferecidos pelo Pronatec Copa.

O assim chamado “legado” da realização da Copa do Mundo 2014 começou a se concretizar, portanto, pelo menos três anos antes, nas obras que promovem a melhoria na infraestrutura e movimentam a economia so-teropolitana e baiana. Milhares de empregos são gerados nas etapas de organização do evento e preparação da cidade, seja com os postos de trabalho criados pelos empreendimentos e no setor terciário, como hotéis e restaurantes, seja nas dezenas de milhares de beneficiados em cursos de capacitação.



TODOS PELA INCLUSÃO SOCIAL

Além de dotar a Bahia de uma infraestrutura capacitada a promover maior integração territorial e econômica e que viabilize novas atividades produtivas, estamos travando um monumental esforço envolvendo governos e sociedade para erradicar o analfabetismo, esforço esse que nos tem distinguido com o reconhecimento nacional e internacional.

Vamos aos indicadores e aos fatos: segundo o IBGE, em 2005 a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos na Bahia era de 18,8%, quase o dobro da média nacional e muito próximo dos 21,9% da região Nordeste. Na zona rural do estado, essa taxa era uma das mais altas do país, superando o calamitoso índice de 31%. Quando analisadas as taxas de analfabetismo funcional, o quadro era ainda mais crítico: a Bahia praticamente dobrava a taxa, indo para 35,6% na área urbana e 55,6% no campo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011 apontava a redução, para 14,4%, no analfabetismo da população com 15 anos ou mais. Na comparação com o quadro de 2007, quando os analfabetos eram 18,4%, observa-se uma redução de 4,2 pontos percentuais. Faço a ressalva de que os 162 mil alfabetizados na quarta etapa do vitorioso programa Todos pela Alfabetização não entraram no relatório PNAD daquele ano. Como a conclusão do processo se deu em dezembro de 2011 e a Pesquisa foi aplicada em setembro, eles somente serão contabilizados na próxima edição. Na quinta etapa, prestes a se concluir, teremos quase 200 mil alfabetizados.

Concebemos o programa Todos Pela Escola e articulamos um grande pacto com os municípios para integrar as redes e os sistemas públicos de ensino, em regime de colaboração, de maneira a atender efetivamente às crianças desde o processo de alfabetização. Em paralelo, ações combinadas com o Governo Federal visam dotar as escolas de estrutura física, equipamentos e mobiliário adequados.

Em 2012, mais 112 municípios aderiram ao Pacto, totalizando 329, nos quais estão inseridas mais de 11 mil escolas. A progressão das mais de 290 mil crianças matriculadas começa a reverter os indicadores que ainda mantêm a educação baiana – e brasileira – distante da qualidade requerida para o desenvolvimento do país. Seguimos avançando com as iniciativas de qualificação da gestão escolar, cada vez mais autônoma em suas decisões de investimento de cada escola, com a participação crescente das comunidades a que servem. O Pacto se desenvolve, portanto, num ambiente propício à integração e colaboração em torno da educação, com a qualidade necessária para a Bahia e o Brasil converterem suas riquezas naturais em melhores condições de vida para toda a população.

No ensino superior, registro a importância cada vez maior das universidades estaduais para o desenvolvimento regional. Cenário que nos impõe a busca pela excelência na gestão, especialmente num estado com grave desproporção entre as demandas sociais e a disponibilidade orçamentária para fazer frente às necessidades da população. Trabalhando em conjunto, a Secretaria da Educação, as comissões das próprias universidades e o Conselho Estadual de Educação elaboraram um diagnóstico que consolida a avaliação como instrumento imprescindível de planejamento e gestão.

Em 2012, foram matriculados 61.298 estudantes em nossas quatro universidades, dos quais quase 60 mil em cursos de graduação e 2.286 na pós-graduação *stricto sensu*. Nos cursos de graduação, 41.334 estudantes estão matricula-

dos na oferta regular e mais 17.678 em programas especiais. Quanto à pós-graduação, as universidades oferecem 53 cursos de mestrado e 16 de doutorado, possibilitando a qualificação de profissionais em áreas diversificadas.

Juntas, Uneb, Uesc e Uesb investiram R\$ 6,4 milhões para oferecer 134 cursos de Educação a Distância, beneficiando cerca de dez mil estudantes de graduação. O quadro docente das universidades se fortalece, assim, a cada ano, no cumprimento da sua missão como responsáveis pelo desenvolvimento acadêmico-científico institucional. Dos 4.854 docentes, mais de 90% pertencem ao quadro efetivo. Quanto ao grau de qualificação, 76% têm formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Até o final do Exercício de 2012, contávamos com 2.142 mestres e 1.570 doutores, o que repercute positivamente na produção do conhecimento e, de forma consequente, na melhoria da formação dos egressos dos cursos superiores. A formação de capital humano e intelectual faz aportar capacidades multiplicadoras na alavancagem do desenvolvimento do estado.

A área da Saúde tem sido contemplada, neste Governo, com empreendimentos e ações qualificadoras que se disseminam em todo o território baiano. Começando pela atenção básica, cabe ao Programa Saúde da Família, porta de entrada do SUS, ordenar e coordenar o cuidado na rede de serviços de saúde. Daí a importância estratégica desse programa. Trata-se de tarefa de responsabilidade das administrações municipais, porém ressalto o avanço republicano no trabalho conjunto entre municípios e o Estado para afirmar os princípios do Sistema Único de Saúde. O Governo da Bahia vem cumprindo com suas responsabilidades no financiamento, no apoio técnico e estímulo à adoção da Saúde da Família pelos municípios, no planejamento, monitoramento e avaliação, bem como na qualificação dos profissionais que atuam na gestão e na assistência à saúde.

O exercício de 2012 marca o cumprimento de uma deliberação da Comissão Intergestora Bipartite, por meio da Resolução nº 84 de 2011, que preconiza a integração entre os governos das vigilâncias da saúde do trabalhador, epidemiológica, sanitária e ambiental. Os bons resultados assinalados neste relatório devem-se, em grande medida, à pronta resposta dada por 165 municípios que receberam intensivo apoio técnico. Garantiu-se o cumprimento das metas pactuadas para a cobertura vacinal, a inspeção de serviços e estabelecimentos de saúde para liberação de alvarás sanitários, a investigação em tempo oportuno das doenças e agravos transmissíveis ou não e, ainda, ações na área de vigilância ambiental, a exemplo do controle da qualidade da água.

Registro também a evolução do Programa Medicamento em Casa, implantado em 2008 em parceria com o Ministério da Saúde e com os municípios. Hoje, o Programa beneficia cerca de 50 mil pacientes de 102 municípios baianos. Somente em 2012, foram incorporados mais de 24 mil pacientes.

Quanto à rede hospitalar, que foi objeto de forte expansão depois de longo período de estagnação, o Estado da Bahia conta, atualmente, com 619 hospitais com leitos de internação disponíveis para pacientes do SUS. Destes, 81 são classificados como hospital-dia, com serviços de internação parcial, 79 são hospitais especializados e 459 são hospitais gerais. Nessas unidades, há quase 30 mil leitos de internação, não contabilizados os leitos complementares, os leitos de urgência e emergência e os leitos de observação e repouso, dos quais 83% estão disponíveis ao SUS.



As unidades da rede própria vêm sendo organizadas para trabalhar na lógica da gestão por resultados. A implantação dos planos operativos anuais estabelece metas e indicadores de impacto que, estipulados na avaliação de desempenho, são pactuados com os gestores e trabalhadores dessas unidades.

Em 2012, foram convocados 1.753 profissionais de todas as categorias para compor o quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado. Atualmente, 90% dos 28.834 servidores são efetivos. Há que se destacar, ainda, a ampliação do número de profissionais convocados. O certame de 2008 previa o preenchimento de 830 vagas nas diversas especialidades. Ao final da sua vigência, em agosto de 2012, foram convocados 6.022 profissionais, incluindo o cadastro de reserva.

O patamar de prioridade que conferimos à Segurança Pública no estado é atestado pelos investimentos maciços no aprimoramento das práticas de gestão das instituições que compõem essa sensível área, prestigiando os processos finalísticos com a premissa de que estes afetam diretamente a prestação dos serviços à sociedade.

Estamos avançando com discernimento e determinação na melhoria das condições operacionais da Segurança Pública, de maneira a viabilizar a ampliação das ações do Programa Pacto pela Vida, estimulados pelos sinais de melhora das estatísticas da violência.

Dentro dos princípios de qualificação dos gastos públicos, compramos R\$ 44,5 milhões em armamento, munições e equipamentos de proteção individual como algemas e uniformes, além de equipamentos de comunicação, entre outros.

Os números falam por si: em 2012, incorporamos 1.882 novas viaturas às frotas das Polícias Militar, Civil e Técnica. A Polícia Rodoviária Estadual passou a dispor de 50 caminhonetes equipadas com talonários eletrônicos e impressoras compactas. Esses equipamentos permitem aos policiais a imediata notificação e impressão on-line de autos de infração.

A aviação policial mereceu atenção especial, com a destinação de R\$ 33,4 milhões para aquisição de duas aeronaves. Entre os projetos prioritários para o ano corrente está a criação e implantação de três bases avançadas do Grupamento Aéreo da Polícia Militar, com investimentos previstos de R\$ 42 milhões.

Além do cuidado com a gestão estratégica, o Governo manteve os investimentos em inteligência policial, tanto em tecnologia quanto em capacitação. O objetivo final é alcançar os mais elevados níveis de eficiência e precisão, minimizando os riscos tanto para os agentes do Estado quanto para a comunidade. Investimos quase R\$ 30 milhões na aquisição de novas tecnologias de vigilância eletrônica, como o Sistema de Videomonitoramento Urbano, composto, inicialmente, de 215 câmeras para Salvador e 140 para as Bases Comunitárias de Segurança, e Sistema de Monitoramento e Leitura de Placas Veiculares, para monitoramento de veículos em tempo real.

As Bases Comunitárias de Segurança expressam um novo conceito de policiamento em proximidade, estabelecendo vínculos de confiança e apreço dos moradores em relação aos servidores que nelas atuam. Nessas unidades os policiais são orientados por uma nova postura frente às comunidades atendidas e ao meio ambiente afetado pela atuação policial. O Exercício de 2012 registra a implantação de sete novas Bases, sendo quatro em Salvador e RMS, nos bairros de Fazenda Coutos, Bairro da Paz, Rio Sena e Itinga (Lauro de Freitas), e mais três nas cidades de Itabuna, Feira de Santana e Vitória da Conquista.

Em franca articulação com as comunidades locais, esta relevante estratégia de policiamento diminuiu em grande medida os índices de criminalidade em suas áreas de atuação. Exemplificamos com a modalidade Crimes Violentos Letais Intencionais: no período de janeiro a agosto houve redução de 80% no número de ocorrências no Calabar, em relação ao mesmo período de 2011. Em Fazenda Coutos, a redução foi de 60% e no Complexo do Nordeste de Amaralina os registros caíram pela metade.

Na gestão do sistema prisional, o Governo do Estado trabalha para territorializar a custódia de pessoas em cumprimento de penas com privação de liberdade, como parte de sua reintegração social, evitando distanciá-las da convivência com suas famílias. A construção e ampliação de unidades prisionais são ações prioritárias para o Estado atender com êxito à política de ações penais e de ressocialização de sentenciados, em harmonia com o Poder Judiciário e demais serviços penais. Foram abertas 1.060 vagas, com a inauguração do Conjunto Penal de Eunápolis e a ampliação do Conjunto Penal de Feira de Santana.

Esforço semelhante é desenvolvido em relação aos adolescentes infratores em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade ou com privação de liberdade, cujo atendimento se expande de forma territorializada, com novas unidades administradas em regime de cogestão com organizações não governamentais.

O Pacto pela Vida integra ações de várias áreas de governo, para além das instituições sociais. O avanço das ações do programa é precedido pelos mutirões sociais realizados nas comunidades atendidas. Essas atividades inauguram o diálogo entre o poder público e a sociedade, de forma a garantir condições favoráveis ao desenvolvimento da agenda de trabalho programada. A partir da difusão dessas informações, são disponibilizados os serviços de documentação, saúde, assistência social, inscrição em programas sociais e atividades culturais que possam ser desenvolvidos no tempo previsto para a atividade. Esse conjunto de ações integradas será substancialmente ampliado com a execução do Orçamento de 2013.

Em 2012, foram publicados três editais em apoio a ações de instituições da sociedade civil em favor da promoção da igualdade racial e combate a todas as formas de discriminação e intolerância. Ao todo, 39 entidades foram apoiadas para a execução de projetos concebidos para difundir a promoção da igualdade racial e a defesa de direitos da população negra no estado. Na comparação com o exercício anterior, os valores investidos representaram um incremento de 46%, somando mais R\$ 198 mil aos R\$ 430 mil investidos em 2011.

O primeiro edital, “Agosto da Igualdade”, foi publicado no primeiro semestre de 2012, visando promover a ampliação da visibilidade, reflexão, debate, compreensão e valorização da Revolta dos Búzios, movimento ocorrido na Salvador de 1798. Nos marcos deste edital foram celebrados convênios com 16 entidades e disponibilizados R\$ 263 mil para realização dos projetos.

Já o “Novembro Negro” foi publicado no segundo semestre de 2012, tendo como foco as comemorações pelo mês da consciência negra. O edital selecionou 18 projetos apresentados por instituições da sociedade, que dispuseram de R\$ 296 mil para viabilizar suas atividades alusivas ao Mês da Consciência Negra.



O terceiro edital teve como foco a garantia de direitos, reconhecimento, valorização e respeito à diversidade de povos e comunidades tradicionais do estado, destinado a apoiar projetos convergentes com as disposições da Política Nacional para a Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais, bem como com a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos. Foram alocados R\$ 69 mil, contemplando cinco entidades da sociedade civil.

A construção do Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura, iniciada em 2007, completa seu ciclo com a aprovação Lei nº 12.365 de 2011, que dispõe sobre a Política Estadual de Cultura. O Exercício de 2012 marca o começo da implantação do Sistema, conferindo-lhe concretude, agora sob o marco de uma política de Estado concebida para ser abrangente e capaz de atender aos diferentes públicos do campo cultural.

Outro avanço importante, consolidado com a aprovação da Política Estadual de Cultura, é o processo de seleções públicas para acesso aos recursos do Fundo de Cultura. Foram lançados 19 editais setoriais, além de quatro outros relacionados a linhas especiais de apoio: “Demanda Espontânea”, “Mobilidade Artístico-cultural”, “Eventos Calendarizados” e “Apoio a Instituições Culturais Privadas Sem Fins Lucrativos”. Nestas seleções foram inscritas 2.364 propostas, resultando no apoio a 381 projetos.

O Programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais, voltado para entidades sem fins lucrativos, procedeu a uma nova seleção. As 13 instituições já apoiadas pelo Governo do Estado tiveram seus convênios renovados, e três novas instituições foram selecionadas por comissão de especialistas da área. Através desta iniciativa, o Estado apoia cinco teatros, quatro museus, quatro instituições de preservação da memória e três centros múltiplos de cultura.

O programa Fazcultura mobilizou os produtores culturais, que inscreveram 291 projetos. Ao longo de 2012 foram patrocinados 65 projetos, envolvendo renúncia fiscal superior a R\$ 11 milhões. A área de música concentrou maior volume de recursos e projetos patrocinados, com captação de R\$ 8,2 milhões; as artes cênicas captaram R\$ 1,5 milhão e os projetos de cinema e vídeo aproximadamente R\$ 1 milhão.

MELHORANDO A EFICIÊNCIA DO ESTADO

Buscando fomentar a qualidade dos serviços públicos, desde 2007 ampliamos em mais de 28 mil servidores o quadro do funcionalismo estadual, priorizando as áreas essenciais de Saúde, Educação e Segurança Pública. Incorporamos, nesse sentido, 8.303 policiais militares, 1.353 policiais civis e 5.760 professores. Progressivamente, estamos substituindo os contratos temporários pelo Reda: de quase 23 mil contratos em 2007, temos hoje menos de 11 mil.

Implantamos um conjunto de medidas de valorização desses servidores, sem descuidar da atenção aos interesses e aspirações do funcionalismo público como um todo. No começo do governo, acabamos com o constrangimento de termos mais da metade dos nossos servidores com vencimento-base inferior ao salário mínimo. Ano após ano, conquistamos outros avanços dignos de registro: reestruturamos 82 carreiras e instituímos a avaliação de desempenho como método de progressão vertical e horizontal, num cronograma que se estende até 2015. Criamos estruturas legais para enquadramentos, incorporação e realinhamento de gratificações.

Temos mantido uma política de recomposição do poder de compra dos salários, com reajustes lineares aliados a reajustes específicos por categorias. À custa de grande esforço, do qual os servidores são parte fundamental, aplicamos ganhos reais expressivos, sobretudo para os professores, que já acumulam 34,9% e alcançarão 54,6% ao final deste ano de 2013.

Egresso do movimento sindical, reafirmo a minha absoluta crença no caminho da negociação para resolver qualquer demanda dos trabalhadores. No serviço público, não poderia pensar diferente ao assumir o cargo de governador. Por isso instituímos um sistema de negociação comprovadamente vitorioso. A experiência em negociações coletivas recomenda sempre o bom senso. Lamento sinceramente pelas greves dos professores e policiais, que marcaram o ano passado. Uma experiência que será de todo lamentável se não soubermos, todos, dela tirar as duras lições que levem ao amadurecimento de lideranças sindicais e gestores públicos. Cada parte teve suas baixas, mas ninguém perdeu mais do que a população baiana durante os dias que deixou de contar com os serviços prestados pelo Estado.

Concluo o relato sobre o funcionalismo afirmando, com orgulho, que todos esses avanços foram conquistados sem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado, em respeito à legislação. Tão firme quanto a vontade deste governador de contemplar os anseios legítimos dos servidores estaduais é a sua responsabilidade com o atendimento às demandas da sociedade por mais e melhores serviços públicos. Isso exige, de um lado, rigidez nos controles internos, planejamento eficiente e austero para manter o equilíbrio fiscal. De outro, a mesma eficiência e eficácia para viabilizar novos investimentos que, invariavelmente, incorrem em expressivo aumento do custeio. Não basta construir estradas, hospitais e escolas. É preciso manter esses e outros equipamentos públicos funcionando em padrões cada vez melhores, porque o nosso povo merece e o Estado da Bahia ainda não resgatou uma dívida social enorme que se acumulou ao longo do tempo.

CREDENCIANDO-SE PARA O FUTURO DESEJADO

A qualificação dos gastos públicos é uma busca incansável e permanente. O programa Compromisso Bahia, engendrado com esse propósito, logrou economizar R\$ 873 milhões desde 2007. Mais recentemente instituímos o Plano Diretor de Gestão, no qual contamos com uma equipe qualificada de consultores e instrutores internos que estão a desenvolver soluções sob medida para cada unidade da administração, com ganhos para a qualificação dos serviços. A título de exemplo, cito os resultados auferidos na revisão dos processos internos pelo Cican, Centro Estadual de Oncologia. Reduzimos o tempo de atendimento em consultas e exames, e a economia gerada pela racionalização nas compras direcionou R\$ 3 milhões para obras de melhoria das instalações físicas.

O uso cada vez mais intensivo de tecnologia confere à administração estadual mais eficiência na prestação dos serviços e transparência na gestão. Estamos implantando o controle de frequência por biometria em 81 unidades da administração, com ganhos para os servidores e para a população. As compras por pregão eletrônico e com registro de preços nos permitiram economizar R\$ 634 milhões. Essa modalidade representa hoje 93% das compras, feitas em proporção cada vez maior junto às micro e pequenas empresas, para



as quais desenvolvemos uma política específica de estímulo à participação nos certames licitatórios. Hoje, essas empresas representam mais da metade dos fornecedores cadastrados pelo Estado. Outra diretriz de qualificação dos gastos implementada com sucesso é a exigência de elaboração de Planos de Compras por cada unidade da administração estadual, também parte dos fundamentos do Compromisso Bahia. Da mesma forma, em 2012 aperfeiçoamos os controles sobre as contas de consumo, com economia de R\$ 1,5 milhão com os dispêndios de água, energia e telefonia.

O fortalecimento da Bahia no cenário externo projeta o estado no contexto global e tem sido importante para a atração de novos investimentos. Nossas missões internacionais têm trazido grandes resultados: somos o quarto estado de destino dos investimentos anunciados para o Brasil, com 10,5 bilhões de dólares, e o primeiro nas intenções de investimento da China.

No que concerne à Ciência, Tecnologia e Inovação, tem destaque a inauguração do Parque Tecnológico da Bahia, com a participação das 27 empresas e instituições instaladas no Tecnocentro, e a implantação da Rede de Extensão Tecnológica da Bahia, como elo de atuação do Sistema Brasileiro de Tecnologia, voltado à promoção da cultura de inovação e à difusão de boas práticas tecnológicas junto às micros, pequenas e médias empresas baianas.

Merecem ainda relevância, nesse estratégico segmento, iniciativas como (i) o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de um circuito integrado projetado, especificamente, para banda larga de áreas rurais com baixa densidade populacional, onde 99% da população não acessa a internet; (ii) a implantação de 15 Centros Digitais de Cidadania Rural e de 46 Centros Digitais de Cidadania; e (iii) a gestão pedagógica de 476 oficinas realizadas nos Centros Digitais de Cidadania, com participação 3.619 cidadãos.

► **Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.**

Faremos deste ano de 2013 um marco consistente de superação dos desafios até o presente enfrentados, de consolidação das realizações e de multiplicação dos empreendimentos que são prioridade nesta gestão. Realizações vitoriosas que espero relatar quando aqui retornar em cumprimento a imperativo constitucional, no último ano deste segundo mandato.

O enfrentamento sistemático e categórico aos rigores da seca tem logrado atenuar os seus reflexos na economia, minorando os seus gravames a uma proporção menor do que se poderia supor. Fechamos o ano com um saldo de quase 37 mil novos empregos formais. No acumulado desde 2007, são mais de 500 mil novos empregos formais. O mercado interno manteve-se em elevado dinamismo nas atividades de comércio, serviços e construção civil, com taxas de crescimento, em média, de 10%. Parte expressiva desse dinamismo se verificou nas cidades médias e pequenas, evidenciando o acerto estratégico da nossa política de desconcentração do desenvolvimento.

Nossa indústria, ainda concentrada em produtos intermediários, registrou uma mudança na pauta de exportações, com recordes históricos e novos destinos, além do incremento do mercado interno. Vendemos mais celulose para o Oriente e a Ásia, e cresceram também as exportações de soja e produtos agrícolas em direção à Ásia.

A montadora chinesa JAC Motors, que investirá U\$ 600 milhões nos próximos dois anos, estima sua produção em 100 mil unidades por ano, com geração de 3,5 mil empregos diretos e 10 mil indiretos. A Foton destinará mais 300 milhões para começar a produção ainda em 2013, projetando alcançar a marca de 30 mil veículos comerciais por ano até 2016. As 30 empresas sistemistas instaladas em torno do complexo Ford ocupam cerca de 13 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos. A JAC atrairá mais 10 ou 12 sistemistas no seu entorno.

No plano fiscal, as receitas realizadas de janeiro a dezembro de 2012, compreendendo as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 32 bilhões, alcançando 101,4% da previsão anual.

A Despesa Total do Estado prevista para o Exercício de 2012 foi de R\$ 32,7 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 30,4 bilhões nesse ano, uma realização de 92,9% e um crescimento de 11,9%, se comparados ao mesmo período do ano anterior.

Meu otimismo para o ano corrente se fundamenta na peça aprovada por esta Casa, com orçamento recorde de R\$ 35,1 bilhões, dos quais R\$ 20,9 bilhões são destinados à área social, coerente com as políticas e estratégias que implementamos desde 2007 na Bahia e desde 2003 no plano federal. Não se trata, portanto, de novidade, em termos de prioridade de governo, em relação às peças orçamentárias dos exercícios anteriores.

A boa nova trazida pelo Orçamento de 2013 é o maior volume de investimentos já realizado pelo Estado da Bahia: R\$ 4,28 bilhões ou quase o dobro em relação ao ano passado. Alcançamos uma captação recorde de R\$ 3,92 bilhões em operações de crédito junto a instituições como o BNDES, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Caixa Econômica Federal.

Estamos empreendendo gestões para captar mais R\$ 1,34 bilhão junto ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Bird, além do Programa Saúde Forte, do Banco Mundial e recursos adicionais para recuperar os prejuízos causados pela seca junto ao Pró Semiárido, do Fida. O mesmo esforço se desenvolve junto ao Governo Federal, em busca de mais recursos do Orçamento Geral da União. Estes resultados decorrem do equilíbrio das contas do Estado, respeitando-se os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a situação de adimplência que nos habilita a buscar mais financiamentos a partir de operações de crédito.

O Governo da Bahia vem conservando o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,49 em dezembro de 2012, índice bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal, de duas vezes a RCL.

As ações aqui elencadas resumem parte do nosso esforço para transformar para melhor a vida dos baianos e baianas. Toda a ação do Governo, desde a captação de recursos para investimentos em grandes obras estruturantes, até a oferta de políticas públicas nos municípios, é pautada na transparência e tem como propósito gerar um ciclo de desenvolvimento virtuoso, capaz de se alimentar da própria riqueza que gera. É assim que a Bahia alcançará, merecidamente, o elevado patamar de bem estar econômico e social que o futuro nos reserva.